

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.710 - MG  
(2019/0142499-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : MANOEL AFONSO DE OLIVEIRA REZENDE  
**ADVOGADOS** : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254  
ANNA CRISTINA MACHADO TENORIO CARVALHO MATOS -  
MG189836  
**AGRAVADO** : GUSTAVO ADOLFO SOARES SANTANA  
**AGRAVADO** : LUZIA SOARES SANTANA  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA - MG057015  
MARCELO VILACA DE OLIVEIRA - MG122089  
**INTERES.** : RENATO SOARES SANTANA

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, II, E 489, § 1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ALIENAÇÃO DE BENS. FRAUDE À EXECUÇÃO. NÃO EVIDÊNCIA. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO. INSOLVÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e sem erro material, inexistindo violação aos arts. 1.022, II, e 489, § 1º, IV, do CPC/2015. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de não haver evidência de tentativa de alienação de bens com o objetivo de fraude à execução, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. O Tribunal de origem concluiu que não houve a insolvência do ora agravado, baseado nos elementos fáticos existentes nos autos. Rever estes fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator